

Mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil

Disponível em:

<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219>

Estado:	Minas Gerais
Município:	Paracatu
Município(s) atingidos:	Paracatu
População atingida:	Oitenta mil moradores da cidade de Paracatu (a cidade encontra-se adjacente ao empreendimento e percebe diretamente o impacto da poluição ambiental do ar, solos e água), garimpeiros artesanais, agricultores a jusante das lagoas de rejeitos, populações tradicionais (quilombolas, descendentes de negros e índios locais). Estima-se que o número total de atingidos ao longo prazo deve ser muito maior, como indicam situações semelhantes de contaminação ambiental com arsênio em outras regiões do mundo. O caso de Paracatu apresenta-se como o mais grave no mundo, pois a mina encontra-se no perímetro urbano, possui os menores teores de ouro (0,4 g de ouro/ton de minério, o que implica em maiores volumes de rejeitos e arsênio liberados) e os rejeitos são depositados sobre nascentes de água potável de abastecimento público.
Danos causados:	Doenças não transmissíveis ou crônicas, Deterioração da qualidade de vida, Violência - coação física, Casos de doença renal, doença neurológica, doença cardiovascular, câncer, cegueira, diabetes, aplasia medular e outras doenças identificados em Paracatu podem estar relacionados à atividade de mineração., Criação e transmissão de mutações genéticas de efeitos deletérios sobre a espécie humana,
Síntese do conflito:	<p>A população de Paracatu está cronicamente exposta ao arsênio e outras substâncias tóxicas contidas nos rejeitos da atividade de mineração de ouro a céu aberto, realizada pela empresa Rio Paracatu Mineração (RPM-Kinross) nas adjacências da cidade. Casos de doença renal, doença neurológica, doença cardiovascular, câncer, cegueira, diabetes, aplasia medular e outras doenças identificadas em Paracatu podem estar relacionados à atividade, segundo o médico, patologista e geneticista Sérgio Ulhoa Dani (1). Existem ainda evidências, revistas pelo mesmo autor e publicadas em revista científica de circulação internacional e corpo editorial, da criação e transmissão de mutações genéticas de efeitos deletérios sobre a espécie humana (2).</p> <p>Uma análise do Laboratório Labiotec, de Uberlândia, constatou a contaminação por chumbo, cádmio, mercúrio e cianeto nas águas da barragem de rejeitos da RPM, no brejo abaixo da barragem e numa cisterna na região do ribeirão Santa Rita. O responsável técnico pelo estudo, Giovani Melo, afirmou que as concentrações encontradas são "perigosas do ponto de vista clínico, pois estes agentes químicos se acumulam no organismo ao longo dos anos". A situação foi considerada pelo pesquisador de "gravidade extrema, pois as contaminações por metais pesados provocam cegueira, destruição do sistema imunológico, destruição do sistema nervoso central e outras afecções, sempre que há exposição do ser humano aos locais e águas atingidas" (3).</p> <p>A expansão da mina, realizada no ano de 2008, visando a triplicação da produção de ouro para 15 toneladas anuais, aumenta os riscos de contaminação. A quantidade de minérios processados deverá passar de 18 para 60 milhões de toneladas/ano e a vida útil da mina se prolongará até 2040 (4). Os investimentos na ampliação são de cerca de 570 milhões de dólares (5). O projeto prevê o aprofundamento da mina atual em 90 metros e sua extensão para noroeste. Prevê também a construção de uma nova lagoa de rejeitos, com capacidade quatro vezes maior que a da lagoa atual, isto é, com capacidade para armazenar mais de 1 bilhão de toneladas de rejeitos. Essa lagoa inundaria nascentes do Ribeirão Santa Rita, que fornece água potável e para usos agrícolas em Paracatu (4-7).</p> <p>O complexo minerário da RPM é próximo à zona urbana e avança em direção a alguns bairros de Paracatu. "Casas, ruas com rede de água e luz e até equipamentos públicos, como escolas, já foram demolidos para a ampliação da lavra" (8).</p> <p>A população do bairro Amoreiras, vizinho à mineradora, mobilizou-se para protestar contra a empresa devido às diversas formas de poluição que os atingem diretamente, especialmente a causada pelo trânsito intenso de veículos pesados da mineradora pelo bairro, além da poeira e dos ruídos. Em 07 de novembro de 2008, um protesto dos moradores foi reprimido pela ação violenta da Polícia Militar.</p> <p>"Os moradores foram perseguidos por policiais militares que lançavam sprays de pimenta e disparavam armas de fogo, inclusive contra idosos e crianças refugiadas em suas próprias casas, invadidas pelos policiais. Quatro cidadãos de bem e pais de</p>

	<p>família foram algemados e recolhidos à delegacia civil, onde foram publicamente insultados pelo Tenente Coronel Josué de Oliveira Ripposati, comandante da PM local, nestes termos: “- Se reagir, mete o cacete nessa turma de vagabundos (...) - Isso é falta de serviço...” (9)</p>
<p>Contexto ampliado:</p>	<p>O projeto de expansão da mina do Rio Paracatu Mineração/Kinross atinge diretamente os territórios quilombolas de Machadinho, Amaro e São Domingos, todos certificados pela Fundação Cultural Palmares, em dezembro de 2004, e em processo de reconhecimento e titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MG). Embora seus territórios tenham valor cultural reconhecido pela Constituição Federal, os quilombolas perderão seu território tradicional para a mineradora canadense. Em Paracatu, há também outros dois grupos quilombolas certificados pela FCP: Cercado e Pontal. O Projeto Quilombos Gerais do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes) identifica, ainda, a Comunidade da Lagoa (Família Coelho) (10).</p> <p>A ocupação das terras quilombolas, pela RPM-Kinross, se deu em 2006. A empresa teria proibido as famílias “que vivem lá há mais de 200 anos (...) de fazer cercas, pontes, plantações”, em razão do projeto de expansão (12). Em abril de 2007, nova denúncia da Associação de Machadinho relatou que a empresa entrou na área quilombola e “destruiu casas com um trator”, informando que o local seria da represa de rejeitos da mineradora (13). Em agosto de 2007, o Cedefes oficiou autoridades estaduais responsáveis pelo processo de licenciamento do projeto de expansão da RPM, bem como aos MPs Estadual e Federal, questionando o tratamento conferido às comunidades quilombolas nos estudos de impacto ambiental e no processo de licenciamento (14-16).</p> <p>Inquérito civil público, para apurar possíveis danos ao meio ambiente e as compensações oferecidas pela empresa em decorrência do projeto de ampliação da mineração, foi instaurado pelo Ministério Público Estadual no ano de 2006. Segundo o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, à época responsável pelo MPE na Comarca de Paracatu, o inquérito teria sido desdobrado em três, devido à complexidade e alcance dos impactos das atividades da RPM-Kinross sobre diferentes questões sociais e ambientais (17).</p> <p>Em agosto de 2007 e março de 2008, os impactos sociais e ambientais das atividades da RPM/Kinross foram objeto de audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com a participação de autoridades locais, especialistas e Ministério Público (17). Registre-se que, embora cumprindo o protocolo de ouvir a sociedade, a Comissão de Meio Ambiente da ALMG é composta por maioria de deputados da bancada governista, e tem feito vista grossa aos principais projetos que degradam os recursos hídricos e promovem injustiças sociais e ambientais em Minas Gerais.</p> <p>Em setembro de 2007, o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam) concedeu Licença Prévia (LP) à RPM para expansão da área de mineração, contrariando recomendação do Ministério Público Federal de que a viabilidade ambiental do empreendimento só deveria ser avaliada após estudo dos impactos que seriam produzidos sobre as comunidades quilombolas de Machadinho, Amaro e São Domingos.</p> <p>Somente Machadinho foi contemplada por condicionante estabelecida pelo Copam. Ademais, o conselho considerou que a existência de territórios quilombolas na área diretamente afetada pelo empreendimento não constituiria impedimento à sua realização. Para tanto, o Copam tomou como precedente o caso da comunidade de Porto Corís, deslocada pela hidrelétrica de Irapé na região do Vale do Jequitinhonha (14).</p> <p>A violenta repressão, em 7 de novembro de 2008, por tropa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ao protesto contra a empresa por moradores do bairro Amoreiras de Paracatu, foi denunciada ao MPE e oficiada à Secretaria de Estado de Defesa Social. À época, uma carta foi enviada à Presidência da Kinross Brasil, relatando o episódio de violência policial em repressão à manifestação dos moradores (9).</p> <p>Em dezembro de 2008, foi criado o Instituto de Tecnologia Socioambiental de Paracatu (ITP). O ITP seria um instituto autônomo gerido pela comunidade em conjunto com a mineradora para implementar medidas de reparação socioambiental no município, como “instrumento encontrado para conferir segurança e clareza nas operações” da RPM-Kinross (18). Contudo, entidades como a Fundação Acangaú, presidida pelo procurador de justiça de Goiás, Paulo Maurício Serrano Neves, vêm questionando a isenção de entidades e atores ambientalistas de Paracatu, por seus vínculos de parceria com a mineradora.</p> <p>Também integrando a Fundação Acangaú, Sérgio Dani propõe que a compensação</p>

pelos danos causados ao meio ambiente seja estabelecida pela sociedade e não por instituições ou mecanismos tutelados pela própria empresa geradora dos impactos. Esta compensação deve alcançar o passivo ambiental acumulado desde 1988, incluindo os danos causados à saúde humana, à fauna e à flora da região. Na avaliação de Dani, os custos sócio-ambientais da atividade da RPM são bem maiores que os benefícios previstos.

De acordo com ele, "várias substâncias químicas venenosas estão presentes nas rochas da mina de ouro de Paracatu, como chumbo, cádmio, crômio, cobre, mercúrio e arsênio, e são liberadas para o ambiente pela atividade da mineradora RPM-Kinross". Seus cálculos estimam que nos mais de 300 milhões de toneladas de rejeito depositado pela mineradora haja cerca de 120 mil toneladas de arsênio finamente moído. Para ele, é improvável que 100% do arsênio possa ser neutralizado e descartado adequadamente, com segurança. "Se apenas 0,1% estiver biodisponível (i.e., disponível para assimilação por organismos vivos), já é veneno suficiente para matar toda a população das Américas. Para transformar Paracatu numa cidade fantasma, basta que 0,00001% desse arsênio esteja biodisponível" (4).

Há inúmeras vias pelas quais o arsênio pode ser lentamente liberado no ambiente. Atualmente, não se sabe a quantidade de arsênio acumulada nos 20 anos da mineração a céu aberto em Paracatu e os efeitos que já teria produzido em sua população e na bacia dos rios Paracatu e São Francisco - "falta um estudo epidemiológico clínico-patológico-laboratorial (...) abrangente". Como o arsênio é depositado ao longo do ano - e não de uma vez -, "ele não causa morte aguda das pessoas, mas sim intoxicação crônica e seus efeitos, entre os quais sobressai o câncer. Quando uma substância é carcinogênica, não existe dose de exposição segura, devendo-se atentar para o fato de que toda a população está potencialmente exposta ao risco de câncer". Encontram-se em especial situação de risco os trabalhadores da mineração, pela exposição direta ao risco de intoxicação, e fetos, bebês e crianças, por serem mais vulneráveis ao risco de intoxicação crônica (4).

Dani estima que 10% dos cerca de 100 mil habitantes de Paracatu estariam diretamente expostos ao risco de contaminação por arsênio. Tomando por base um cálculo da agência americana de proteção ambiental (EPA), que estimou em US\$ 6,1 milhões o valor de cada vida perdida por causa da contaminação por arsênio, se os 10 mil habitantes expostos à contaminação por arsênio em Paracatu viessem a sofrer as consequências agudas desta exposição ou morressem por causa disso, o cálculo atingiria 61 bilhões de dólares em indenizações às pessoas e ao sistema público de saúde. Com a expansão da mina, estima-se que a produção total de ouro alcançará cerca de 450 toneladas, com valor atual de mercado de 21 bilhões de dólares (4-6).

Em fevereiro de 2010, representantes das comunidades quilombolas de Paracatu estiveram na Fundação Cultural Palmares (FCP) para denunciar décadas de repressão de suas demandas por parte da mineradora. Segundo Dora Bertúlio, procuradora da FCP:

"Chamamos a comunidade para esta reunião, a fim de resgatarmos as histórias contadas na época e ver que atitudes necessárias e de nossa competência adotar para a proteção e garantia dos direitos dessas comunidades". Bertúlio afirmava na época que havia indícios de "violação da integridade física, degradação ambiental e restrição de produção por conta da expansão das atividades da mineradora".

O presidente do Ponto de Cultura Fala Negra, Jurandir Dario, disse que as comunidades precisam do apoio da Palmares, uma vez que vários membros da comunidade já estão morrendo, o que aumenta ainda mais o sentimento de desolação: "Cada um que morre leva um pouquinho das nossas esperanças" (19).

Em maio daquele ano, a Justiça Federal em Patos de Minas concedeu liminar proibindo a mineradora Kinross Gold Corporation de realizar atividades num raio de 500 metros da residência de integrantes da comunidade remanescente do Quilombo dos Amaros. Como consequência, a construção de uma estrada vicinal dentro do território da comunidade foi paralisada. O juiz responsável ainda fixou multa diária de R\$ 100 mil reais em caso de descumprimento da decisão.

Para o juiz que concedeu a liminar, a construção e a utilização da estrada é potencialmente provocadora de danos, porque "pode alterar, de maneira definitiva, as características originais e peculiaridades da porção de terra historicamente ocupada pelas famílias que ainda residem no interior da área identificada como de remanescentes de quilombos, acarretando-lhes graves e irreversíveis danos".

A ação civil pública que deu origem à decisão liminar foi movida pelo Ministério Público Federal (MPF). Segundo a promotora, "as práticas da mineradora causaram e vêm causando diversos danos patrimoniais e morais às famílias quilombolas que

habitam a região, por meio de processos complexos e sutis de 'expulsão' de suas terras e de desagregação de sua identidade cultural. As obras de expansão da mineradora atingem as terras das comunidades remanescentes de quilombos de Machadinho, Amaros e São Domingos". A promotoria ainda defendia que a empresa estava promovendo divisões internas nas comunidades, "de forma a fragilizá-las em sua organização para a defesa dos direitos frente à mineradora" (20).

Na mesma época, reportagem de Victor Martins para o Correio Brasiliense trazia as consequências da construção de novas barragens de rejeitos da empresa nas terras originais da comunidade de Machadinho. Entre as perdas elencadas na reportagem, estava a perda da memória local com o desaparecimento de parte fundamental do território da comunidade. Martins destaca a fala de Zé Dito, cuja família alega ter tido as terras griladas por terceiros, de forma que hoje são obrigados a viver na periferia do município, a partir de rendimentos auferidos em subempregos. Outros membros da comunidade teriam vendidos suas terras por conta própria e mesmo assim não vivem hoje em melhores condições (21).

Em fevereiro de 2011, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) divulgou que a Kinross teria firmado um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) a fim de reparar danos ao meio ambiente. O acordo prevê a reparação de danos causados ao meio ambiente em virtude dos investimentos na expansão da Mina do Ouro em Paracatu. De acordo com o promotor Marcelo Azevedo Maffra, o inquérito foi iniciado em 2005, período em que a mineradora realizava a primeira fase da expansão. A Kinross realizou investimentos da ordem de US\$ 540 milhões em Paracatu, que entrou em operação no final de 2008.

Entre as medidas previstas no documento está o investimento de R\$ 12 milhões em projetos ambientais na Bacia do Rio São Francisco ou na implantação e manutenção da Unidade de Proteção e Integral em Paracatu. A empresa também irá custear a realização de estudo para avaliar os índices de arsênio na área de influência direta do empreendimento, conforme informações do MPMG. A empresa também irá depositar R\$ 1 milhão anualmente durante todo o período de exploração mineral no município como garantia da recuperação ambiental. Além de custear um projeto de rede de monitoramento do ar na região (22).

No mês seguinte, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG) realizou uma audiência pública para debater os impactos provocados pela mineração de ouro na cidade, as ações necessárias para compensar a degradação ambiental causada pela atividade e a preparação do município para se reequilibrar economicamente quando a mina for desativada daqui a 30 anos. A audiência também teve como objetivo debater denúncias quanto à contaminação de nascentes, mananciais e lençóis freáticos pelo arsênio. Mais uma vez, a questão dos impactos aos quilombolas ficou relegada a segundo plano no nível estadual, já que nem o MP estadual nem a ALEMG incluíram a questão em suas pautas de negociação com a mineradora (23).

A nível federal, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Inbra (PFE/Inbra) esteve no município para discutir uma série de questões relacionadas à proteção das três comunidades remanescentes de quilombo locais. De acordo com notícia publicada no Blog Combate ao Racismo Ambiental, com o mesmo objetivo, também estiveram na cidade representantes de outros órgãos federais, como a Fundação Cultural Palmares (FCP), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além da conciliadora do procedimento conciliatório sobre o caso, que está em andamento na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU).

Para Paula Renata Fonseca, procuradora federal do Inbra, a audiência pública foi essencial para "confirmarmos que a atuação da mineradora na cidade causa impactos não apenas às comunidades quilombolas, mas afeta a qualidade de vida dos demais cidadãos". Segundo ela, suspeitas de contaminação do ar, do solo e da água ainda são investigadas e existem fortes indícios de que tais impactos não são suficientemente monitorados e controlados, de modo que não há um consenso de apoio da população de Paracatu às atividades da mineradora (24).

Cronologia

2006: instauração de inquérito civil público, pelo Ministério Público Estadual, para apurar possíveis danos ao meio ambiente e as compensações oferecidas pela empresa em decorrência do projeto de ampliação da mineração. O inquérito desdobrou-se em três, segundo o Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto (13).

Agosto de 2007: ofício do Cedefes a autoridades estaduais responsáveis pelo processo de licenciamento do projeto de expansão da RPM, bem como ao Ministério Público Estadual e ao MP Federal, questionando o tratamento conferido às

	<p>comunidades quilombolas nos estudos de impacto ambiental e no processo de licenciamento (14).</p> <p>Agosto de 2007 e Março de 2008: realização de audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com a participação de autoridades locais, especialistas e Ministério Público (13).</p> <p>Dezembro de 2008: denúncia à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Ministério Público do Estado e envio de carta à Presidência da Kinross Brasil, relatando o episódio de violência policial em repressão à manifestação dos moradores do bairro Amoreiras contra a empresa (7).</p> <p>Dezembro de 2008: criação do Instituto de Tecnologia Sócio-Ambiental de Paracatu - ITP, instituto autônomo gerido pela comunidade em conjunto com a mineradora para implementar medidas de reparação sócio-ambiental no município, como "instrumento encontrado para conferir segurança e clareza nas operações" (15).</p> <p>Fevereiro de 2010: Quilombolas denunciam atuação da mineradora à Fundação Cultural Palmares.</p> <p>Maio de 2010: Justiça concede liminar impedindo ação da mineradora nas proximidades da comunidade.</p> <p>Fevereiro de 2011: MPE/MG e Kinross firmam acordo para mitigação de danos ambientais causados pelas operações da empresa.</p> <p>Março de 2011: ALEMG realiza audiência pública para discutir danos ambientais provocados pela mineradora. Audiência não inclui conflitos com quilombolas.</p> <p>Atualização 02/08/2011 15:34:50</p>
<p>Fontes:</p>	<p>(1) Dani, Sérgio Ulhoa. Doenças ligadas à mineração de ouro em Paracatu. Jornal Alerta Paracatu. 21/06/2008. Disponível em alertaparacatu, último acesso em 07/01/2009.</p> <p>(2) Dani, Sergio Ulhoa. Gold, coal and oil. Medical Hypotheses, doi:10.1016/j.mehy.2009.09.047.</p> <p>(3) Contaminação é de gravidade extrema. Entrevista com Giovani Melo. Jornal Alerta Paracatu. 22/05/2008. Disponível em , último acesso em 07/01/2009.</p> <p>(4) Dani, Sérgio Ulhoa. Expansão da Kinross em Paracatu: pior que um crime, é um erro. Jornal Alerta Paracatu. 11/09/2008. Disponível em alertaparacatu, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(5) Santos, Márcio José dos; Serrano Neves, Paulo Maurício; Dani, Sergio Ulhoa. Manifesto de Paracatu, Julho de 2009. Disponível em alertaparacatu, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(6) Kinross. Paracatu (100% ownership and operator) - Brazil. Disponível em kinross, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(7) Kinross. Projeto Expansão. Disponível em , último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(8) Furtado, Bernardino. Extração de ouro ameaça Paracatu. Jornal O Estado de Minas. 13/07/2008, p. 21. Disponível em , último acesso em 12/01/2009.</p> <p>(9) Cidadãos de Paracatu pedem afastamento do comando local da PM, e segurança da RPM. Jornal Alerta Paracatu. 03/12/2008. Disponível em alertaparacatu, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(10) Cf. Fundação Cultural Palmares (, último acesso em 13/01/2009) e MG - Lista de Projeto Quilombos Gerais traz mais de 300 comunidades no estado. 24/10/2005. Disponível em koinonia, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(11) Machadinho exige direitos. 28/02/2005. Carta enviada ao Presidente do Incria pela Presidente da Associação Quilombola do Machadinho. Disponível em koinonia, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(12) Associação Quilombola do Machadinho. Quilombo de Machadinho pede socorro. 08/12/2006. Disponível em cedefes, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(13) Associação Quilombola do Machadinho. Quilombo de Machadinho é invadido! 13/04/2007. Disponível em cedefes, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(14) GT sobre Regularização de Territórios Quilombolas em MG. Expansão da RPM que atingirá território quilombola obtém licença prévia. 03/08/07. Disponível em cedefes, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(15) Expansão de mineradora preocupa população de Paracatu. 26/03/2008. ALMG e Cedefes. Disponível em cedefes, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(16) Carta do Cedefes às autoridades ambientais de Minas Gerais. 24/08/2007. Disponível em justicaambiental, último acesso em 13/01/2009.</p> <p>(17) Alerta Paracatu. Ano I, Número 00, Junho de 2008. A força do povo contra a prepotência do capital. Audiência Pública sobre a expansão da RPM. Fundação Acangaú.</p> <p>(18) Ajuste de conduta privado. Jornal Alerta Paracatu. 21/12/2008. Disponível em alertaparacatu, último acesso em 13/01/2009.</p>

(19) BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Comunidades quilombolas querem garantia de seus direitos. Brasília, DF, 24 fev. 2010. Disponível em: . Acesso em: 06 abr. 2011.

(20) EcoDebate. Mineradora Kinross Gold Corporation é impedida de construir estrada em terras de comunidade quilombola em MG. 11 mai. 2010. Disponível em: [ecodebate](http://ecodebate.org.br). Acesso em: 05 abr. 2011.

(21) MARTINS, Victor. Desenvolvimento inequívoco deixa as suas mazelas no progresso. Correio Braziliense, Brasília, DF, 31 mai. 2010. Disponível em: [correio.braziliense](http://correio.braziliense.com.br). Acesso em: 06 abr. 2011

(22) CONAQ. Sem menções aos quilombolas, pelo menos nesta notícia, Kinross assina TAC. 07 fev. 2011. Disponível em: <http://www.conaq.org.br/noticia_interna.php?notId=1258>. Acesso em: 06 abr. 2011.

(23) Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Comunicação. Notícias: Em Paracatu, ALMG volta a debater impactos da mineração de ouro. Belo Horizonte, 11 mar. 2011. Disponível em: [almg](http://almg.org.br). Acesso em: 06 abr. 2011.

(24) Combate ao Racismo Ambiental. Quilombolas de Minas Gerais recebem apoio do Governo Federal. Rio de Janeiro, 29 mar. 2011. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2011.

Vídeo Ouro de Sangue.

Várias notícias sobre a contaminação das águas pela RPM Kinross estão disponíveis no blog

